

CAPÍTULO 8

GESTÃO DO AGRONEGÓCIO: DIFICULDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR

Daniel Dionisio Nascimento
Marcia de Souza Bronzeri


RESUMO

O estudo teve por objetivo analisar as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, no desenvolvimento e gestão da atividade agropecuária. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica sistemática, tendo como base os materiais disponíveis no Portal de Periódicos da Capes. Com base no objetivo da pesquisa, no período de abril a outubro de 2022, foi realizada busca por artigos, publicados entre os anos de 2018 e 2022. Os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo qualitativa. Os resultados indicam que, nos materiais analisados, as principais dificuldades da agricultura familiar são relacionadas à comercialização, gestão administrativa e políticas públicas, e que também há dificuldades relativas à transporte/logística, certificações orgânicas, acesso e adaptação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar e ainda dificuldades relativas à questão estrutural.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar. Dificuldades. Gestão.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o Censo Agropecuário divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), mais de 5 milhões de pequenas propriedades rurais no Brasil, representam 77% dos estabelecimentos da produção agrícola. A agricultura familiar foi responsável por R\$ 131,7 bilhões de reais, o que equivale a 23% dos 572,99 bilhões de reais referentes ao Valor Bruto da Produção (VBP) brasileira naquele ano – a soma de tudo o que percorre nas fazendas. Em termos de empregos são mais de 10 milhões de postos de trabalho, com 67% do total da atividade agropecuária, o que indica a importância da agricultura familiar no Brasil. Ao analisar o Estado do Paraná, a agricultura familiar dispõe de força em vários setores, onde destaca-se a produção de alimentos, evidenciando uma porcentagem de aproximadamente 80% do abastecimento interno (IBGE, 2006.). Conforme o Art. 3º da Lei nº 11.326 de 2006 (BRASIL, 2006), considera-se agricultor familiar, o empreendedor familiar rural que pratica atividades no meio rural” e que atenda simultaneamente a requisitos de: limite de área; utilização de mão-de-obra predominantemente da própria família; tenha percentual mínimo da renda familiar proveniente das atividades econômicas do seu estabelecimento; dirija o estabelecimento ou negócio em família. Ressalta-se o empreendedorismo rural e sua contribuição, pois é um movimento importante, e se consolida por meio de atitudes empreendedoras que possibilitam aos trabalhadores rurais confeccionar produtos e serviços inovadores, permitindo dessa forma, ampliar as fronteiras da tecnologia e criar formas de



trabalho abertas para mercados locais e globais, passando assim, a compelir agentes nas variadas atividades que o espaço agrário proporciona (ARNOLD, 2011). Entretanto, é possível que existam dificuldades enfrentadas por estes grupos, e a pergunta que se faz é a seguinte: Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares no desenvolvimento e gestão da atividade agropecuária? Diante disso, a pesquisa objetiva identificar e analisar quais são as principais dificuldades enfrentadas por esses grupos. A partir da análise das principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares no desenvolvimento e gestão da atividade agropecuária, há a possibilidade de propor ações e políticas públicas visando auxiliar efetivamente o grupo de agricultores familiares que contribuem para o desenvolvimento econômico do país e para a produção de alimentos, principalmente, para a população brasileira.


2. REFERENCIAL TEÓRICO

O agronegócio tem expressiva participação na composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, - com destaque para a produção primária - mesmo durante os anos de 2020 (CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA - CEPEA, 2021) e 2021 (CEPEA, 2022), durante os quais a economia foi abalada pelos impactos provenientes da pandemia da Covid-19.

No contexto do agronegócio, ressalta-se a participação da agricultura familiar, que é a principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA, 2021).

De acordo com o mais recente censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) 77% dos estabelecimentos rurais são caracterizados como agricultura familiar (cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos), que se dedicam a diversas culturas, tais como milho, mandioca, pecuária leiteira, gado de corte, ovinos, caprinos, feijão, cana, arroz, suínos, aves, café, trigo, mamona, fruticulturas e hortaliças.

Conforme o Art. 3º da Lei nº 11.326 de 2006 (BRASIL, 2006), considera-se agricultor familiar, o empreendedor familiar rural que pratica atividades no meio rural” e que atenda simultaneamente a requisitos de: limite de área; utilização de mão-de-obra predominantemente da própria família; tenha percentual mínimo da renda familiar proveniente das atividades econômicas do seu estabelecimento; dirija o estabelecimento ou negócio em família.



Entretanto Abramovay (1998) já indicava a diversidade de conceitos de agricultura familiar, principalmente para fins de atribuição de crédito, e ressaltava três atributos básicos da agricultura familiar: gestão, propriedade e trabalho familiar. Estes atributos evidenciam pilares importantes para a agricultura familiar, pois a agricultura familiar possui a figura da família como estrutura da organização e reprodução social, por meio da formulação de algumas estratégias familiares e individuais que transmitem patrimônio material e cultural.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS) conforme modelo apresentado por Webster e Watson (2002), que corresponde a um processo que possibilita avançar no conhecimento de um determinado assunto, fortalecendo-o como campo de estudo, orientando pesquisas futuras. Serão analisados artigos publicados no Portal de Periódicos Capes, que concentra publicação de diversos periódicos, com acesso aos artigos. Com base no objetivo da pesquisa, foi realizada busca por artigos, publicados entre os anos de 2018 e 2022, com os seguintes termos e operadores booleanos: ("agricultura familiar" OR "pequeno produtor") AND empreended* AND (desafio OR problema OR dificuldade), sendo encontrados 202 artigos. Os materiais foram baixados e analisados no período de abril a outubro de 2022.

Na 1ª triagem foram descartados 165 artigos (devido ao título não estar alinhado com a pesquisa) e foram descartados 4 artigos duplicados. Sendo assim, foram selecionados 33 artigos considerando que o título estava condizente com a pesquisa. Na sequência (2ª triagem), foram lidos os resumos dos 33 artigos. Deste processo, foram descartados 22 artigos, não estar alinhados com a pesquisa, restando 11. Na leitura integral dos artigos foram descartados 3 artigos, restando 8 artigos que se mostraram adequados ao objetivo da pesquisa. Utilizou-se a análise de conteúdo qualitativa (BARDIN, 2006), com categorização prévia, considerando, também, a possibilidade de categorização posterior, buscando apresentar aspectos relevantes do empreendedorismo do agronegócio, destacando as dificuldades enfrentadas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aqui são apresentados os resultados da Revisão Bibliográfica Sistemática e efetuada a discussão desses, consoante ao objetivo da pesquisa.

Por meio da análise dos artigos foram identificadas as dificuldades, conforme apresentadas no Quadro 1, que se referem à logística, comercialização, políticas públicas,

gestão administrativa, estrutural, certificações orgânicas (estratégia de diferenciação), acesso e adaptação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).


Quadro 1: Principais dificuldades dos agricultores.

Transporte/Logística	Manfrin, Bernardy e Bencke (2019), Silva <i>et al.</i> (2020)
Comercialização	Manfrin, Bernardy e Bencke (2019), Melo e Scopinho (2017), Durso <i>et al.</i> (2018), Silva <i>et al.</i> (2020)
Políticas públicas	Silva <i>et al.</i> (2020), Rodrigues, Simão e Petry (2018), Silva e Camelo (2017)
Gestão administrativa	Manfrin, Bernardy e Bencke (2019), Gris, Lago e Brandalise (2017), Melo e Scopinho (2017), Rodrigues, Simão e Petry (2018)
Estrutural	Silva <i>et al.</i> (2020)
Certificações orgânicas (estratégia de diferenciação)	Durso <i>et al.</i> (2018), Silva e Camelo (2017)
Acesso e adaptação ao PNAE	Aires <i>et al.</i> (2021)

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A dificuldade relativa à logística/transporte foi identificada em 2 pesquisas. Manfrin, Bernardy e Bencke (2019) indicaram a dificuldade da busca de novos fornecedores de matéria-prima sem a perda de qualidade, ampliar transporte de coleta e a logística de entrega dos produtos para outras regiões do Estado. A pesquisa de Silva *et al.* (2020) apontou a dificuldade logística relacionada ao transporte (entrega dos produtos produzidos na propriedade). O transporte de grande parte dos agricultores da região era apenas uma moto e uma “carretinha”, dessa forma, a entrega chegava a demorar até 2 dias para chegar à cidade (as propriedades ficavam à distância de 80 km da cidade).

A dificuldade relativa à comercialização foi nas pesquisas de Manfrin, Bernardy e Bencke (2019), Melo e Scopinho (2017), Durso *et al.* (2018) e Silva *et al.* (2020). A pesquisa de Manfrin, Bernardy e Bencke (2019) apontou alguns desafios comerciais referentes a uma família de agricultores do interior do Rio Grande do Sul que produz leite (eles querem passar a ter uma indústria agroindustrial). Contudo, eles produzem e comercializam na própria cidade Frederico Westphalen, e para que possam tornar-se agroindústria e vender seus produtos em todo o estado, precisarão de uma estrutura comercial (representantes comerciais, divulgação do seu produto), e tudo isto demanda custo. Sendo assim, o desafio é justamente esta mudança e os custos envolvidos (pois é um processo demorado e que demanda planejamento). A pesquisa de Melo e Scopinho (2017) discorre sobre a dificuldade no sentido de estabelecer estratégias alternativas de comercialização, uma vez que a execução do programa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) depende da articulação entre os diferentes níveis governamentais, e segundo relatos da pesquisa feita no artigo com os agricultores, a articulação praticamente não inexistia não só em relação ao PAA, mas em todo o relacionamento do município com o assentamento. Outro ponto abordado foi em relação ao processo burocrático que envolvia a comercialização com o PAA, as tentativas de implantação de uma unidade de




processamento de produtos agrícolas, chamados pelos cooperados de “cozinha” também eram emblemáticas nessa situação. Durso *et al.* (2018) apontaram sobre o canal de comercialização ser limitado e em relação à formação do preço de venda, bem como a proximidade com fazendas que realizam a produção convencional (o que “atrapalharia” a comercialização em virtude dos preços). A pesquisa de Silva *et al.* (2020) apontou principalmente em relação ao agricultor familiar conseguir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), a dificuldade em conseguir o certificado impossibilita a comercialização.

A dificuldade relativa às políticas públicas foi abordada nas pesquisas de Silva *et al.* (2020), Rodrigues, Simão e Petry (2018), Silva e Camelo (2017). Foram abordadas as seguintes questões relacionadas às políticas públicas: a pesquisa de Silva *et al.* (2020) apresentou sobre a burocracia em conseguir o certificado de aptidão ao Pronaf, o que faz com que haja dificuldade na comercialização pelos agricultores. Já a pesquisa de Rodrigues, Simão e Petry (2018) pontua que há várias políticas públicas desenvolvidas como: Pronaf, Programa Nacional de Crédito Fundiário, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Contudo, a dificuldade encontrada na pesquisa é justamente a falta de conhecimento das políticas por parte dos agricultores. Em uma pesquisa realizada, os dados evidenciaram que 59% dos agricultores não possuíam conhecimentos sobre os programas governamentais. Silva e Camelo (2017) indicaram que se faz necessário uma maior aplicação do poder público no Projeto Amigo Verde, pois a falta de parceria para disponibilizar recursos e ferramentas, a inexistência de incentivos pelos governantes, ausência de parceiros, a fiscalização ineficiente, a falta qualificação profissional e de mão de obra comprometem o avanço do processo produtivo nos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

A dificuldade relativa à gestão administrativa foi encontrada nas pesquisas de Manfrin, Bernardy e Bencke (2019), Gris, Lago e Brandalise (2017); Melo e Scopinho (2017); Rodrigues, Simão e Petry (2018). As abordagens de cada artigo são principalmente relacionadas ao conhecimento técnico e mecanismos de controle administrativo (como softwares, planilhas de controle, entre outros) e relacionadas a uma gestão mais profissionalizada. Em alguns casos em que a propriedade possui jovens, a gestão é passada de forma tardia, o que acaba impedindo a perpetuidade da propriedade.

A dificuldade relativa à parte estrutural foi abordada pela pesquisa de Silva *et al.* (2020), que indicou a falta de estrutura para armazenamento do produto, pois alguns armazéns de agricultores associados chegaram a ficar até 3 dias sem energia, o que pode acarretar prejuízos pela perda de mercadorias dos agricultores.



A dificuldade relacionada às certificações orgânicas (estratégia de diferenciação), foi apontada pelas pesquisas de Durso *et al.* (2018) e Silva e Camelo (2017). Foram indicadas dificuldades relacionadas, principalmente, ao custo alto para a manutenção da certificação dos produtos orgânicos, à falta de assistência técnica adequada, dificuldades na divulgação dos benefícios dos produtos orgânicos. Estes problemas indicados acabam por prejudicar a estratégia de diferenciação.

A dificuldade relativa ao acesso e adaptação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi indicada pela pesquisa de Aires *et al.* (2021), relativa à burocracia documental, falta de especialistas no atendimento aos padrões de qualidade (certificação dos alimentos), falta de planejamento administrativo, estocagem, transporte e armazenamento, bem como a divulgação de acesso ao edital do programa.

Diante da análise, foi possível identificar que, nos materiais analisados, as principais dificuldades se referem à comercialização, gestão administrativa e políticas públicas, pois são as que foram indicadas em maior número de pesquisas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares no desenvolvimento e gestão da atividade agropecuária.

Por meio da revisão bibliográfica sistemática foi possível identificar as dificuldades enfrentadas pelos agricultores, que são relativas à logística, comercialização, políticas públicas, gestão administrativa, estrutural, certificações orgânicas (estratégia de diferenciação), acesso e adaptação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo os principais referentes à comercialização, gestão administrativa e políticas públicas. Para esta análise, 202 artigos formaram este processo. Por meio disso, foi possível identificar as principais dificuldades acima mencionadas.

Para avançar no tema, sugere-se pesquisa com estudo de caso para analisar com profundidade as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, identificadas nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr., 1998.

Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8932> Acessado em: Abr. 2023.

AIRES, S. G. *et al.* Agricultura familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar: Uma análise na perspectiva top down. **Cadernos de Gestão e Empreendedorismo**, v. 9, n. 2, p. 85-96, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cge/article/view/51024/30147>. Acessado em: Abr. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006

BRASIL. **Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acessado em: Abr. 2023.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). **PIB do agronegócio brasileiro**. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acessado em: Abr. 2023.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). **PIB do agronegócio brasileiro**. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acessado em: Abr. 2023.

DURSO, E. D. *et al.* Produção convencional ou orgânica? O dilema dos pequenos produtores do Oeste do Paraná. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 12, n. 3, p. 85, 2018. Disponível em: <https://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RMPE/article/view/1176/pdf>. Acessado em: Abr. 2023.

GRIS, V. G. C.; LAGO, S. M. S.; BRANDALISE, L. T. Sucessão na agricultura familiar: produção científica brasileira na área de administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo (2004–2016). **Extensão Rural– DEAER– CCR– UFSM**, v. 24, p. 7-30, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/29816/pdf>. Acessado em: Abr. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2017**. 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario2017>. Acessado em: Abr. 2023.

MACHADO FILHO, C.; CALEMAN, S.; CUNHA, C. Governança em organizações do agronegócio: desafios para a gestão de empresas rurais familiares. **Revista de Administração**, v. 52, n. 1, p. 81–92, 1 mar. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/125779>. Acessado em: Set. 2023.

MANFRIN, J.; BERNARDY, R. J.; BENCKE, F. F. Empreendedorismo na agricultura familiar: O caso Edivavi. **Revista Gestão Organizacional**, v. 12, n. 1, p. 140-151, 2019. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/download/4717/2746>. Acessado em: Abr. 2023.

MELO, T.; SCOPINHO, R. A. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. **Revista Sociedade e Estado**, v. 33, p. 61-84, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/se/a/9MSJWxfVVDtXS6DWSwjyZ5d/?lang=pt&format=pdf>.
Acessado em: Abr. 2023.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Agricultura familiar**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acessado em: Jul. 2023.

RODRIGUES, B. S.; SIMÃO, F. C.; PETRY, J. F. Políticas públicas para agricultura familiar no interior do estado do Amazonas. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 9, n. 1, p. 208-235, 2018. Disponível em: <https://revistagesec.org.br/secretariado/article/view/723/pdf>. Acessado em: Abr. 2023.

SILVA, E. A. *et al.* Empreendedorismo social e cooperativismo solidário na agricultura familiar. **DESAFIOS-Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, v. 7, n. 3, p. 3-19, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/8199/17353>. Acessado em: Abr. 2023.

SILVA, H. L.; CAMELO, G. L. P. Aplicabilidade de ferramentas da qualidade no processo de gestão das hortifrúteis orgânicas no Gramorezinho. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 13, n. 1, p. 149-171, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/view/6653/6204>. Acessado em: Abr. 2023.

WEBSTER, J.; WATSON, R. T. Analyzing the past to prepare for the future: writing a literature review. **MIS Quarterly**, v. 26, n. 2, p. 13-23, 2002. Disponível em: https://web.njit.edu/~egan/Writing_A_Literature_Review.pdf. Acessado em: Ago. 2023.